T&C
TEORIA E CULTURA

Teoria e Cultura | Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFJF | ISSN: 2318-101x | v. 21, n. 1, 2026| p. 361-366
DOI: 10.34019/2318-101X.2026.v21.52951

Resenha - Triângulos em um país desigual: tradução, atividade e política pública no Brasil a partir de Clay Spinuzzi

Triangles in an unequal country: translation, activity, and public policy in Brazil from Clay Spinuzzi

Triángulos en un país desigual: traducción, actividad y política pública en Brasil a partir de Clay Spinuzzi

SPINUZZI, Clay. *Triangles and tribulations: translations, betrayals, and the making of cultural-historical activity theory*. Cambridge: The MIT Press, 2025.

Thiago Perez Bernardes de Moraes[1]

Palavras-chave: teoria da atividade; políticas públicas; mediação sociotécnica; Brasil; desigualdade institucional.

***Keywords*:** *activity theory; public policies; sociotechnical mediation; Brazil; institutional inequality.*

Palabras clave: *teoría de la actividad; políticas públicas; mediación sociotécnica; Brasil; desigualdad institucional.*

Há livros que entram em circulação acadêmica como sínteses de uma tradição. Outros funcionam como dispositivos de estranhamento, fazendo com que uma teoria muito usada pareça subitamente menos familiar, mais política, mais acidentada e menos pacificada do que sua presença nos manuais sugeria. *Triangles and tribulations*, de Clay Spinuzzi, pertence a essa segunda família. À primeira vista, trata-se de uma reconstrução histórico-conceitual da teoria histórico-cultural da atividade, com atenção especial às sucessivas formulações de Lev Vygotsky, Aleksei Leontiev e Yrjö Engeström. Lido com mais vagar, porém, o livro propõe algo mais interessante para as Ciências Sociais: uma sociologia da circulação das próprias teorias sociais, observando como conceitos, diagramas, métodos e vocabulários atravessam campos disciplinares, conjunturas políticas, regimes de verdade e problemas práticos. O objeto imediato é a história da *Cultural-Historical Activity Theory*, frequentemente referida pela sigla CHAT. O problema de fundo é mais amplo: como uma teoria sobre mediação, trabalho, aprendizagem e atividade coletiva sobrevive justamente porque é deformada, apropriada, redimensionada e posta a trabalhar em contextos que não eram os seus.

[1] Doutor e pós-doutor em Psicologia Social pela Universidad Argentina John Fitzgerald Kennedy, Argentina. Pós-doutor em Direito Constitucional pela Università degli Studi di Messina, Itália. Professor titular do Centro Universitário Campos de Andrade, Uniandrade, e coordenador de projetos pedagógicos do EDUTEA.

A expressão que organiza o livro, "traduções e traições", deve ser lida como categoria analítica. Spinuzzi recoloca a teoria da atividade dentro de uma genealogia conflitiva, atravessada por deslocamentos intelectuais, acomodações políticas e disputas de autoridade. O triângulo vygotskiano da mediação por signos e o triângulo engeströmiano do sistema de atividade não aparecem como etapas naturais de uma evolução teórica linear. Surgem antes como inscrições que estabilizam, em determinado momento, uma forma de ver a relação entre sujeito, objeto, instrumento, comunidade, regras e divisão do trabalho. Essa operação produz ganho analítico, pois torna observável um emaranhado de relações que seria difícil de apreender sem algum dispositivo de redução. Também cobra seu preço. Ao transformar processos históricos e práticas situadas em diagramas manejáveis, a teoria corre o risco de reordenar a vida social segundo uma gramática organizacional limpa demais, na qual conflitos de poder, afetos, persuasões, desigualdades e ruídos institucionais aparecem apenas como contradições internas do sistema.

Esse é o ponto em que o livro de Spinuzzi interessa diretamente ao Brasil. A razão não está em encaixar a realidade brasileira no modelo da atividade, mas em reconhecer que a vida institucional brasileira expõe, com brutalidade empírica, o quanto toda política pública é tradução. Uma política desenhada em Brasília, uma diretriz curricular, um protocolo de saúde, um plano de assistência social, uma plataforma digital de gestão escolar ou um programa de formação docente nunca chegam intactos ao território. Chegam atravessados por orçamento, federalismo, burocracia local, redes pessoais, precariedade material, disputas partidárias, capital associativo, desigualdade racial, assimetria regional, repertórios profissionais e improvisações cotidianas. A teoria, nesse ambiente, não pode ser tratada como grade de classificação que paira sobre o mundo. Ela precisa ser vista como um instrumento que também se modifica quando toca o terreno, como ocorre com as próprias políticas, tecnologias e organizações.

Spinuzzi constrói sua leitura a partir da sociologia da tradução, com dívida evidente a Michel Callon e Bruno Latour. A proposição é simples apenas na aparência: uma ideia não se difunde porque preserva integralmente sua identidade, mas porque diferentes atores conseguem reinscrevê-la em redes de interesse, uso e autoridade. Traduzir, nesse sentido, envolve deslocar o objeto, redefinir aliados, adaptar vocabulários, alterar escalas e produzir novas condições de adesão. Quando a CHAT sai da psicologia soviética e passa a operar em estudos de escrita, interação humano-computador, sociologia organizacional e implementação de políticas públicas, ela se expande, perde certas ênfases, ganha outras, abandona partes de sua gramática crítica, aproxima-se de uma linguagem de intervenção e passa a se oferecer como instrumento para organizar problemas coletivos em ambientes de trabalho, aprendizagem e gestão. A traição é condição de sobrevida.

Essa tese permite uma aproximação produtiva com a trajetória brasileira da ciência, da tecnologia e do Estado. Victor Mourão (2015), ao reconstruir o processo de formação institucional dos organismos de ciência e tecnologia no Brasil, mostra que a questão tecnológica nacional nasceu vinculada ao desenvolvimento, à superação da dependência e à construção de um aparato estatal de planejamento. A análise é útil porque desloca a tecnologia do plano meramente instrumental: ela aparece como arena de convergência sociopolítica, como promessa de autonomia e como campo de disputa entre grupos, instituições e interesses. Vista a partir de Spinuzzi, essa história pode ser lida como uma sequência de traduções: ciência como soberania, tecnologia como desenvolvimento, planejamento como modernização, Estado como mediador de um futuro nacional. O problema é que, em sociedades periféricas, as traduções institucionais raramente produzem equivalência entre intenção normativa e capacidade efetiva. O desenho ganha forma, mas

a execução encontra dependência externa, descontinuidade política, burocracias instáveis e desigualdades regionais que redistribuem o sentido da política no próprio processo de implementação.

A leitura de Carla Rech (2022) sobre trajetórias de militantes e ocupação de cargos no governo federal também conversa com o núcleo sociológico do livro. Ao discutir a construção de pontes entre movimentos sociais e Estado, a autora evidencia que a política pública depende de biografias, redes, reconhecimentos, disponibilidades e inserções situadas. Esse ponto é decisivo para uma recepção brasileira da teoria da atividade. O sistema de atividade não pode ser reduzido à relação funcional entre sujeito institucional, objeto e instrumentos. No Brasil, a atividade pública é frequentemente sustentada por atores que circulam entre fronteiras: militantes que entram no Estado, técnicos que operam como articuladores comunitários, gestores que dependem de redes informais, universidades que assumem funções de intermediação territorial, associações civis que traduzem demandas familiares em linguagem burocrática. A divisão do trabalho não é apenas uma categoria estrutural. É uma disputa concreta sobre quem carrega o custo moral, cognitivo e operacional da política.

É nesse ponto que o livro de Spinuzzi, embora vigoroso, deixa uma lacuna que a realidade brasileira ajuda a enxergar. Sua crítica ao viés gerencial da CHAT é pertinente, mas poderia ser empurrada mais longe. A teoria da atividade tende a gostar de sistemas, mesmo quando reconhece contradições. Ela nomeia mediações, identifica objetos, observa instrumentos, descreve comunidades e registra regras. Essa força descritiva pode produzir uma armadilha: transformar desigualdade em problema de coordenação, precariedade em falha de mediação, violência institucional em ruído organizacional, assimetria racial em diferença contextual, pobreza territorial em variável de fundo. O Brasil exige uma teoria da atividade menos reconciliada com a linguagem da gestão e mais sensível ao fato de que certos sistemas funcionam justamente porque transferem sobrecarga para os sujeitos mais frágeis. Uma escola de periferia que implementa inclusão sem equipe suficiente, uma unidade básica que acolhe demandas de saúde mental sem rede especializada, uma família que navega entre laudo, escola, assistência e Judiciário: todos esses arranjos são sistemas de atividade, mas também são economias morais de exaustão.

A escola pública brasileira talvez seja o melhor laboratório para testar a potência e os limites do livro. Nela, os objetos se multiplicam de forma quase ingovernável. Aprendizagem, permanência, inclusão, alimentação, saúde mental, segurança, recomposição pós-pandêmica, avaliação externa, relação com famílias, busca ativa, tecnologia educacional e prestação de contas convivem em uma mesma rotina institucional. A contribuição de Ileizi Luciana Fiorelli Silva e Ângela Maria de Sousa Lima (2017), ao discutir a formação continuada de docentes de Sociologia da Educação Básica e os desafios para a pós-graduação, ajuda a perceber que a escola não é um destino passivo das Ciências Sociais. Ela obriga a área a se reorganizar, a criar linhas de pesquisa, a responder a demandas formativas e a rever a fronteira entre produção acadêmica e prática educacional. Em linguagem spinuzziana, a Educação Básica expande o objeto das Ciências Sociais, deslocando a formação docente para uma zona de mediação entre universidade, escola, agência de fomento, currículo, pesquisa e política pública.

Essa expansão do objeto é um dos temas mais interessantes da obra. Spinuzzi mostra que a CHAT engeströmiana passa, gradativamente, de uma preocupação com pequenos grupos e ambientes de trabalho para problemas interorganizacionais, redes, coalizões e políticas públicas. O objeto cresce, torna-se mais compartilhado, mais disputado, mais difícil de delimitar. O autor percebe o risco metodológico: quando tudo se torna contexto, a teoria passa a ter dificuldade para recortar o caso. Essa observação é

preciosa para o Brasil, onde quase todo problema público parece recusar fronteiras. O abandono escolar remete à renda familiar, ao transporte, à violência urbana, à saúde mental, ao currículo, ao trabalho juvenil, ao racismo, à gestão escolar e ao desenho federativo. A judicialização da saúde atravessa orçamento, sofrimento individual, indústria farmacêutica, Ministério Público, SUS, mídia e decisões médicas. A inclusão de estudantes autistas envolve famílias, diagnósticos, formação docente, planos educacionais individualizados, disputas sobre laudos, redes privadas, associações e legislação. O objeto se expande porque a vida social já chega expandida.

A quarta geração da CHAT, discutida por Spinuzzi como aproximação entre teoria da atividade e implementação de políticas públicas, abre caminho para uma leitura ainda mais ambiciosa. Ao tratar de coalizões heterogêneas, movimentos sociais, problemas públicos e mudança institucional, a teoria parece abandonar o conforto da organização fechada. Contudo, o próprio Spinuzzi nota que essa passagem pode reinscrever uma linguagem gerencial sob novo vocabulário, sobretudo quando a transformação se confunde com adesão a políticas já definidas. No Brasil, essa tensão é cotidiana. Conselhos, conferências, fóruns, comitês, audiências públicas e grupos intersetoriais podem produzir participação real, mas também podem funcionar como rituais de legitimação de decisões previamente condicionadas por orçamento, hierarquia partidária ou baixa capacidade administrativa. A categoria de agência transformadora precisa ser tratada com cautela. Nem toda participação transforma; muitas vezes ela apenas redistribui responsabilidade sem redistribuir poder.

A contribuição mais fecunda de *Triangles and tribulations* é recolocar a teoria social dentro de sua própria materialidade histórica. Spinuzzi não escreve uma hagiografia de Vygotsky, Leontiev ou Engeström. Seu livro mostra que teorias são produzidas por gente situada, em instituições específicas, com adversários, aliados, riscos políticos, traduções interessadas e acidentes de percurso. Essa perspectiva tem grande valor para uma ciência social brasileira que ainda oscila entre importação reverente de matrizes teóricas e rejeição apressada de repertórios estrangeiros. Talvez a melhor alternativa seja outra: traduzir sem inocência. Traduzir sabendo que todo conceito que chega ao Brasil muda de densidade quando encontra desigualdade territorial, herança escravocrata, burocracia federativa, informalidade, dependência tecnológica e criatividade institucional de ponta.

A partir daí, seria possível defender uma recepção brasileira crítica da CHAT em diálogo com Paulo Freire, Milton Santos, Michael Lipsky e estudos recentes sobre burocracias de nível de rua. Freire ajuda a impedir que mediação seja confundida com condução tecnocrática, pois recoloca sujeitos, consciência e práxis no centro do processo educativo. Milton Santos obriga a teoria a passar pelo território usado, pelas técnicas, pelas redes e pelas desigualdades espaciais. Lipsky lembra que a política pública acontece nos encontros de ponta, onde agentes com recursos escassos transformam regras gerais em decisões situadas. Esses autores não substituem Spinuzzi. Eles o tensionam. Ajudam a impedir que o triângulo vire um diagrama confortável demais para um país desconfortável.

O livro também oferece uma entrada relevante para pensar a plataformização da gestão pública. Sistemas digitais prometem coordenação, rastreabilidade e eficiência, mas frequentemente deslocam trabalho para professores, famílias, usuários, servidores e gestores locais. O instrumento, categoria central da teoria da atividade, nunca é neutro. Um diário eletrônico, um prontuário, um aplicativo de agendamento, uma plataforma de ensino ou uma ferramenta de inteligência artificial redefinem o que conta como evidência, quem pode falar, qual demanda se torna legível e que tipo de sofrimento fica fora do formulário. A técnica organiza o campo de visibilidade da política. Em país desigual, essa organização pode ampliar acesso, mas também pode produzir exclusão silenciosa, especialmente

quando a cidadania passa a depender de letramento digital, conectividade, documentação correta e persistência burocrática.

Como resenha crítica, é preciso registrar que Spinuzzi escreve para leitores já iniciados em boa parte dos debates sobre teoria da atividade, sociologia da tradução, estudos organizacionais e tecnologias do trabalho. A obra é clara em sua arquitetura, mas exigente na sua densidade genealógica. Seu ganho está menos em oferecer uma introdução didática à CHAT e mais em desnaturalizar uma tradição que, por uso excessivo, às vezes parece já resolvida. A principal limitação, para o leitor das Ciências Sociais brasileiras, está no fato de que a discussão sobre poder, periferia, colonialidade, Estado desigual e reprodução social aparece mais como possibilidade de extensão do que como componente interno do argumento. Essa lacuna não diminui o livro. Ao contrário, cria uma oportunidade de leitura. O Brasil pode ser precisamente o lugar em que as tribulações da teoria se tornam sociologicamente mais visíveis.

No fim, *Triangles and tribulations* vale porque permite trocar uma pergunta pobre por outra melhor. A pergunta pobre seria: a teoria da atividade pode ser aplicada ao Brasil? A pergunta mais fecunda é: o que acontece com uma teoria da mediação quando ela atravessa instituições que vivem de traduzir, remendar, adaptar e negociar políticas em meio à desigualdade? A resposta não cabe em um triângulo, embora o triângulo ajude a começar. No Brasil, os sistemas de atividade são frequentemente sistemas de sobrevivência institucional. A tradução pode ser inovação, ajuste situado e aprendizagem coletiva. Também pode ser captura, perda de sentido e naturalização da precariedade. Spinuzzi oferece a gramática inicial para observar esse movimento. Cabe às Ciências Sociais brasileiras radicalizar a análise, recolocando no centro aquilo que nenhum diagrama deve fazer desaparecer: território, conflito, poder, sofrimento social e capacidade desigual de transformar regras em vida concreta.

Referências

CALLON, Michel. Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and the fishermen of St Brieuc Bay. *The Sociological Review*, London, v. 32, n. 1_suppl, p. 196-233, 1984. DOI: https://doi.org/10.1111/j.1467-954X.1984.tb00113.x.

ENGESTRÖM, Yrjö. *Learning by expanding: an activity-theoretical approach to developmental research*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LATOUR, Bruno. *Pandora's hope: essays on the reality of science studies*. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

LIPSKY, Michael. *Street-level bureaucracy: dilemmas of the individual in public services*. 30th anniversary expanded edition. New York: Russell Sage Foundation, 2010.

MOURÃO, Victor. *O processo de state-building da institucionalidade de ciência e tecnologia brasileiro: convergência sócio-política e a busca pelo desenvolvimento nacional. Teoria e Cultura*, Juiz de Fora, v. 10, n. 2, 2015. DOI: https://doi.org/10.34019/2318-101X.2015.v10.12254.

RECH, Carla. *Construindo pontes entre movimentos sociais e Estado no Brasil: uma análise de trajetórias e ocupação de cargos no governo federal. Teoria e Cultura*, Juiz de Fora, v. 17, n. 2, p. 70-86, 2022. DOI: https://doi.org/10.34019/2318-101X.2022.v17.38486.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli; LIMA, Ângela Maria de Sousa. *A formação continuada de professores/as de sociologia da educação básica e os desafios para a pós-graduação stricto sensu. Teoria*

e Cultura, Juiz de Fora, v. 12, n. 1, p. 35-49, 2017. DOI: https://doi.org/10.34019/2318-101X.2017.v12.12352.

SPINUZZI, Clay. *Triangles and tribulations: translations, betrayals, and the making of cultural-historical activity theory*. Cambridge: The MIT Press, 2025.